

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA FASE DO CAPITALISMO DE CARIZ NEOLIBERAL E FINANCEIRIZADO

THE BRAZILIAN'S EDUCATION AT THE STAGE OF CAPITALISM AND NEO-LIBERAL ORIENTED FINANCIALISED

Fernando Leitão Rocha Junior

UFVJM, Teófilo Otoni, MG, Brasil

fernn16@yahoo.com.br

Resumo: O estudo em tela versa sobre o processo de mercantilização da educação superior, no Brasil, a partir da nova configuração mundial iniciada no início da década de 1970. Configuração marcada pela revolução microeletrônica, reestruturação produtiva, adoção de políticas econômicas de cunho neoliberal e, significativamente, pela hipertrofia da esfera financeira que, por meio de um intenso processo de mundialização e financeirização da riqueza, marcam uma nova etapa do Capitalismo. Na qual, a lógica do capital portador de juros e do capital fictício subordina e controla a produção social da riqueza em escala cada vez maior, como ainda, toma corpo e passa, também, a operar em diversos setores de serviço, especialmente, o setor educacional, sobretudo o de nível superior, que funciona como *locus* privilegiado para auferir lucros, juros e dividendos. Em suma, a lógica e a dinâmica capitalista, cada vez mais, transformam a educação numa mercadoria altamente rentável.

Palavras-chave: Educação, Mercantilização, Financeirização da riqueza, Capital portador de Juros, Capital fictício, Reificação.

Abstract : *The study focuses on screen the process of mercantilization of higher education in Brazil, from the new world setting started in the early 1970. Setting marked by revolution microelectronics, productive restructuring, adopting economic policies of neoliberal slant and, significantly, by hypertrophy of financial sphere, through an intense process of globalisation and financialisation of wealth, marks a new stage of capitalism. In which, the logic of the capital interest and carrier of fictional capital subordinate and controls the social production of wealth in ever-increasing scale, as yet, takes body, and also, to operate in various sectors, principally, the educational sector, especially the upper level, which serves as a locus privileged to obtain profits, interest and dividends. In short, the logic and dynamics increasingly capitalist, turn education into a commodity highly profitable.*

Keywords: *Education, Mercantilization, Financialisation of wealth, Capital interest holder, Capital fictional, reification.*

A Educação Brasileira na Fase do Capitalismo de Cariz Neoliberal e Financeirizado

“o neoliberalismo repete a história como farsa porque reedita a velha tragédia neoconservadora do mercado selvagem como lei humano-social fundamental”

Gaudêncio Frigotto

Introdução

Se partirmos do pressuposto de que, aquilo que conhecemos e que se configura como “Brasil” completou 513 anos em 2013, é inegável que neste espaço temporal, mudanças substantivas ocorreram neste país. Contudo, muitas características herdadas dos tempos da colônia ainda estão presentes em nosso cotidiano de forma cristalizada e substantiva, ou melhor, carregamos de forma indelével as marcas de um passado, que se faz mais presente do que nunca.

Nesta direção, concordamos com a premissa que nascemos enquanto uma colônia de exploração, enviando exclusivamente para Metrópole todas as nossas riquezas. Apoiando-se no argumento de Caio Prado Júnior verifica-se uma importante chave interpretativa sobre o nosso país:

“Se vamos a essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior voltado pra fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 26).

Em suma, percebemos que os traços coloniais constitutivos da nossa formação, estão mais vivos do que nunca, a saber: a lógica do grande comércio, dos negócios e dos lucros, que ao contrário

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Mestre em Economia Política pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Membro do Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política (GECEP/UFVJM) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Direitos Humanos (GEPEDH/UFPB). E-mail: fern16@yahoo.com.br

do que se poderia supor acentuou-se ao longo do tempo com a gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista² em nosso país. Se o Brasil formou-se na dinâmica do chamado capital comercial, enquanto um momento fundamental do processo de acumulação primitiva de capital³, fornecendo as nossas riquezas para a metrópole, e esta (no caso Portugal) via relações comerciais com a Inglaterra as repassavam como forma de saldar suas dívidas⁴.

Hoje, não é diferente, mesmo o Brasil sendo um país “livre” e “independente”, a dinâmica e lógica dos lucros imperam categoricamente. Podemos afirmar que a nossa formação histórico-social constituída por um longo processo de industrialização tardia, periférica e dependente⁵ pavimentaram o caminho para a continuidade dessa lógica, noutras palavras, consolidou-se o desenvolvimento do modo de produção capitalista e de relações sociais de produção pautadas na exploração da força de trabalho e doravante na mercantilização de tudo que existe.

A partir desta caracterização do Brasil, não é difícil perceber, como se insere a Educação⁶ em nosso país. Florestan Fernandes em sua obra, *A revolução burguesa no Brasil*, detalha profundamente, os nexos de formação da aristocracia em nosso país e como a mesma, desde sempre, ocupou as estruturas de poder no Estado Brasileiro, esta interpretação também é comungada por outro grande mestre, Anísio Teixeira, importante pensador que, preocupou-se de forma significativa com a Educação, entendendo que: “A sociedade brasileira funda-se assim na família patriarcal, na escravidão e no latifúndio, cujos característicos são a imobilidade, a limitação de oportunidade e a supremacia da ordem privada” (TEIXEIRA, 2011, p. 325).

-
- 2 Sobre a particularidade Histórica e social do Modo de produção capitalista no Brasil, recomendamos o importante estudo de MAZZEO, Antonio C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Neste estudo, Mazzeo elabora uma importante síntese sobre as principais interpretações respectivas a gênese e desdobramento do modo de produção capitalista no Brasil e sua respectiva especificidade.
 - 3 Para um estudo rigoroso do processo de Acumulação Primitiva de Capital, consultar: Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Em especial o capítulo XXIV, p.339-381. Mais recentemente com base em Marx, Harvey desenvolve o termo: “acumulação por espoliação” para descrever ao seu juízo os fenômenos mais contemporâneos que marcam a dinâmica de acumulação no capitalismo contemporâneo, ver: HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2003, o capítulo IV: *A acumulação via espoliação*. p.115-148.
 - 4 Cabe recordar aqui alguns acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra, dentre eles o chamado Tratado de Methuen. Sobre este tratado consultar: SODRÉ, Nelson. *O tratado de Methuen*. Rio de Janeiro: Editora Técnica Nacional, 1957. Já para uma relação mais densa envolvendo a riqueza aurífera e sua extração na colônia de exploração (Brasil) e as relações comerciais que Portugal estabelecia com a Inglaterra sobre ver. PINTO, Virgílio N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
 - 5 Ao nosso juízo, as contribuições de Florestan Fernandes são necessárias para o efetivo entendimento das estruturas de poder e a particularidade do modo de produção capitalista numa economia de Periferia, de industrialização tardia e dependente como a nossa. Ver: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, e principalmente, FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, em especial os capítulos V, VI e VII.
 - 6 No presente estudo, utilizarem o termo Educação entendido como o processo de ensino/aprendizagem oferecido pelo Estado ou pela Iniciativa Privada nos níveis de ensino fundamental, médio e especialmente o superior, em Instituições/Estabelecimentos de Ensino. Contudo, ao nosso juízo, *Educação*, trata-se de um fenômeno muito mais complexo e abrangente, isto é, uma categoria que não pode ser plenamente compreendida por sua aceção Institucional. Consultar como obra propedêutica: BRANDÃO, Carlos. *O que é Educação?* São Paulo: Brasiliense, 1981. Para um aprofundamento histórico: MANACORDA, Mario. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992. E ainda: GILES, Thomas. *História da Educação*: São Paulo: EPU, 1997.

Deste modo, fica evidente que a educação não nasce como uma necessidade para atendimento de “todos” por parte do Estado, pelo contrário, nasce como um privilégio para poucos, para as elites que desde sempre dominaram o Brasil. De acordo com Teixeira:

Os educados pela escola constituíam uma elite social. A classe dominante é que educava os seus filhos, porque dispunha de recursos para que pudessem eles ficar afastados das atividades praticas e econômicas, pelo tempo necessário a essa educação escolar, que seria tanto melhor quanto mais longa (TEIXEIRA, 2011, p. 51. Grifos e negritos nossos).

Ao nosso entendimento, a caracterização da Educação em nosso país esta em consonância direta com a tese sobre *o sentido da colonização* elaborada por Caio Prado Júnior, ou seja, a lógica do grande negócio, pautada em rentabilidade e lucros significativos. Sem sombra de dúvidas, o período da Ditadura Militar no Brasil aprofundou ainda mais esta lógica, de acordo com Sampaio percebemos que:

A iniciativa privada, atenta às demandas de novos e potenciais consumidores, respondeu de forma ágil. No início, sob a moldura da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, que reconhecia e legitimava a ainda equilibrada dualidade do sistema de ensino superior e, depois, reforçada pelas disposições da Reforma Universitária de 1968, a expansão logrou rapidamente estabelecer uma relação de complementaridade entre o setor público e o privado (SAMPAIO, 2000).

Esta dinâmica será reforçada ainda mais nas décadas seguintes, sendo inegável nos dias atuais; em especial, a Educação Superior tornou-se uma mercadoria extremamente rentável, constituindo-se num nicho seguro para investimentos para uma parcela da classe burguesa⁷ ávida por lucros rápidos e fáceis (especialmente quando o próprio Estado estimula e financia de forma subsidiada tal prática).

Evidentemente, estes acontecimentos podem ser interpretados, ao nosso juízo, em decorrência do desenvolvimento das práticas capitalistas no Brasil, que foram reforçados ainda devido às mudanças substantivas que ocorreram em nível mundial entre fins da década de 1960 e o início de 1970 na dinâmica de acumulação capitalista, já que em virtude do declínio das taxas médias de lucros, e do surgimento das crises⁸, buscaram-se alternativas de superação do esgotamento do ciclo econômico. Para este fim, diversas de medidas serão tomadas, dentre elas destacamos: o

7 Importante e sugestivo argumento sobre a fração da classe burguesa, denominada “burguesia de serviços” e suas conexões com a dinâmica capitalista no Brasil, encontra-se em: BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999. Em especial na parte I – Neoliberalismo e Burguesia, p 23-77.

8 Dentre as inúmeras interpretações possíveis sobre a crise dos anos 1970, entendemos que a interpretação de Mandel constitui-se como sendo uma das mais ricas em virtude de sua argumentação sobre a chamada *crise estrutural do capital*, neste sentido ver: MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990. De cunho mais denso, mostrando como as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, reconstruindo um importante debate histórico desde fins do século XIX, ver: COLLETTI, Lúcio. Org. *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978. Ainda indicamos o importante estudo de MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985, bem como: GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo: Hucitec, 1998.

processo de reestruturação produtiva⁹, a revolução microeletrônica, bem como, a reconfiguração dos Estados, em especial via suas políticas econômicas e sociais que sob o ideário e roupagem neoliberal serão avassaladoras e nocivas para a classe trabalhadora e principalmente a hipertrofia da esfera financeira, na qual o capital *portador de juros* e em especial, o *capital fictício* transformar-se-ão nos principais protagonistas na dinâmica e lógica operacional do modo de produção capitalista na atualidade, noutras palavras, na chamada financeirização da riqueza.

2. Neoliberalismo e Financeirização: O modo de produção capitalista sob a égide do capital portador de juros e do capital fictício

A lógica de mercantilização de tudo, e a transfiguração nas funções do Estado foram acentuadas com o advento do chamado neoliberalismo. Como se sabe:

o neoliberalismo, como arcabouço teórico e ideológico não é algo novo. Nasce como combate implacável, no início da década de 40, às teses keynesianas e ao ideário do Estado de Bem-estar, sobretudo aos direitos sociais e aos ganhos de produtividade da classe trabalhadora. [...] Não obstante o fracasso econômico da aplicação das teses do Estado mínimo, desregulamentação, privatização e instauração da liberdade pura do mercado o ideário neoliberal espalhou-se no mundo como uma praga. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial são os intelectuais coletivos que implementam e supervisionam os processos que convencionaram denominar de ajustes das economias à nova ordem mundial globalizada. (FRIGOTTO apud. BIANCHETTI, 1996: 11-12).

Reforçando o nosso argumento, já lembramos que em meados dos anos 70 do século XX, o imperialismo como tentativa de sair da crise adota como uma medida central um profundo alargamento da órbita financeira. Para Netto e Braz (2006), a gigantesca concentração dos sistemas bancários e financeiros nos últimos 30 anos produziu efeitos peculiares, haja vista a magnitude das operações especulativas. Afirmando que: “Neste lapso de tempo: menos de 300 bancos (e corretoras de ações e títulos) globais controlam, em fins do século XX as finanças internacionais” (Netto e Braz, 2006, p. 230). O mesmo argumento histórico é sinalizado por Bianchetti:

os capitais financeiros internacionais e o capital monopolista constituem, desde a década de 1970, os novos grupos hegemônicos, que pretendem impor seu modelo de acumulação, através dos organismos financeiros internacionais, dirigindo os recursos econômicos em função de um rígido programa de ajuste das economias dos países devedores (BIANCHETTI, 2003, p. 108).

Assim, do ponto de vista teórico, se temos desde meados da década de 1970 o protagonismo das formas de *capital portador de juros* e do *capital fictício* também é verdade que as chamadas formas de trabalho arcaicas, antediluvianas são reconfiguradas (trabalho por peça, trabalho em

⁹ Sobre a chamada reestruturação produtiva há uma gama de trabalhos. Sugerimos o estudo de MORAIS NETO, Benedito: *Século XX e trabalho industrial: Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003. Como também ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Cortez, 1995 e por último, HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

domicílio, trabalho servil, trabalho escravo) bem como inúmeras formas de precarização laboral¹⁰ (trabalho sem carteira assinada, por contrato temporário etc.,) e intensificadas com o intuito de alavancar a extração do mais-valor em escalas jamais vistas¹¹.

Por mais que se queria negar, de acordo com a Marx e a tradição marxista, a teoria do valor trabalho continua tendo plena vigência, ou seja, é uma das chamadas “leis de movimento” da dinâmica capitalista. Desta forma, sabe-se que a **única** mercadoria que produz valor e **mais-valor** é **a força de trabalho**¹², ou seja, toda a riqueza socialmente produzida sob a égide do modo de produção capitalista tem como fundamento e provém diretamente da extração de **mais-valor**, e isso ocorre apenas no processo de produção. Por isso, cabe esclarecer que os enormes lucros que algum capitalista, seja ele especulador ou não, possa vir a colher com seus respectivos investimentos que foram realizados na esfera financeira através da compra/e ou venda de ações ou títulos nas bolsas de valores, são oriundos de parte do mais-valor gerado exclusivamente na esfera da produção. Contudo, na realidade imediata, a origem deste lucro que é real/concreto sempre é oculta e velada, este fato possibilita que a apropriação substantiva do mais-valor por parte de membros da Oligarquia Financeira apareça como sendo algo puramente natural. O estudioso francês, François Chesnais, esclarece esta conexão, desmistificando este fato:

O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. Assumiu, no começo, ou a forma de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parte dos lucros cedida enquanto juros ao capital de empréstimo) ou a forma de salários e rendas agrícolas que foram depois objeto de punções mediante impostos ou que sofreram a forma moderna de usura dos “créditos de consumo” ou, finalmente, de quarenta anos para cá, a forma dos salários adiados depositados em fundos privados de pensão cuja natureza vai se modificando assim que penetram a esfera financeira e se tornam massas, buscando a máxima rentabilidade. (CHESNAIS, 1995, p. 21. Grifos e negritos nossos).

Neste sentido, fica evidente, que as transações de compra e venda de títulos da dívida pública, ações de empresas privadas, ou quaisquer outros papéis nas Bolsas de Valores, como os derivativos ou debêntures não geram valor (não criam riquezas) apenas **apropriam-se** de parte do

10 Sobre a temática da informalidade dos processos de trabalho, ver os estudos de TAVARES, Maria A. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004 e também o de TAVARES, Marcos. *Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao Capital*. Vitória da Conquista/BA: UESB, 2008.

11 Recomendamos o importante artigo de SABADINI, Maurício. *Trabalho e especulação: uma relação (im)perfeita*. IN: Revista Temporalis, Ano 11, n.22, Brasília/D.F, jul/dez, 2011.

12 Pois, o trabalhador ao vender a sua força de trabalho para um capitalista por um tempo determinado, receberá por isso, uma quantia em termos monetários (salário). Se toda riqueza produzida pelo trabalhador for destinada para o seu pagamento sob a forma de salários, de onde viria então o lucro do capitalista? A resposta é a seguinte: A jornada dos trabalhadores é dividida em duas partes: a primeira denominada de Tempo de Trabalho Pago (Tempo de Trabalho necessário) e esta parte corresponde ao seu salário. A segunda parte, denominada de tempo de Trabalho excedente (Tempo de trabalho não pago) É apenas na parte da jornada de Trabalho, compreendida pelo tempo de trabalho excedente, que engendra o mais-valor. Assim, para o capitalista, quanto maior for o tempo de trabalho excedente (tempo de trabalho não pago), maior será a produção de mais-valor. Por isso, os capitalistas buscam a elevação ao máximo possível do tempo de trabalho excedente, pois é apenas neste período da jornada de trabalho que ocorre a produção do mais-valor. Insistimos que a produção de mais-valor dar-se-á exclusivamente na esfera da Produção, ou seja, na órbita da Circulação, não há produção de mais-valor, e sim APROPRIAÇÃO! Para um estudo detalhado, ver Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Em especial os capítulos IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XIV e XV.

mais-valor produzido na esfera da Produção, que são metamorfoseados sob a forma de lucros, juros ou dividendos e conseqüentemente, são drenados por uma fração de classe burguesa que compõe a chamada “Oligarquia financeira”. Enfim, a ilusão de que o dinheiro por si só possa gerar mais dinheiro é elucidada por Marx no Livro III *d’O Capital*, nesta obra, explicita-se como a **forma capital portador de juros** apresenta-se como, *a forma de capital*, mais mistificada, fetichizada e reificada:

Na forma do capital portador de juros isso aparece diretamente, sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa; depende do possuidor do dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma intercambiável, se ele quer despendê-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. (MARX, 1984: 293-94).

Explicitando que:

Na forma de capital portador de juros, portanto, **esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento.** A relação está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. (...) **Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como de uma pereira é dar peras.** (...) Em $D - D'$ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potencia mais elevada. (...) mistificação do capital do capital na sua forma mais crua (Marx, 1984: 294. Grifos e negritos nosso).

Feitos os esclarecimentos sobre a forma do *capital portador de juros*, queremos agora chamar atenção para uma importante distinção, ou seja, a diferença entre a *forma capital portador de juros* e a *forma capital fictício*. Para Marx, o *capital portador de juros* desdobra-se, transfigura-se numa forma **bisonha e esquizofrênica**, o chamado *capital fictício*:

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo o capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título da dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. **A maior parte desse capital monetário é puramente fictícia** (MARX, 1985, p.14. Grifos e negritos nossos).

Nesta direção, o *capital fictício*, (boa parte do chamado capital bancário, ações e títulos da dívida pública) não possui nenhuma ligação com a esfera Produtiva, mas de forma contraditória e paradoxal, alimenta-se exclusivamente, assim como o *capital portador de juros*, de parte do mais-valor produzido que se transfigura em lucros. Em suma, a lógica do *capital fictício*, é totalmente perniciosa e predatória, exigindo assim, cada vez mais, parcelas crescentes, ou seja, uma parte substantiva do mais-valor produzido. Se o *capital portador de juros* ainda guarda algumas conexões, mesmo que indiretas (através de empréstimos do capitalista proprietário para o capitalista funcionante) com o processo de produção de riquezas, a forma **bizarra**, compreendida pelo *capital fictício* alimenta-se de pura especulação, ou seja, suga de forma incessante em escalas cada vez maior o mais-valor, que como já reiteramos, *é engendrado exclusivamente na esfera da produção*, por tudo

isso, esta é a forma mais fluída, autônoma e reificada de capital na qual os vestígios e conexões são totalmente apagados, e a naturalização do processo **D - D'** intensificasse ainda mais.

Dito isso, na atual fase do modo de produção capitalista, a *forma de capital fictício* que é a forma mais fluída de capital tende a se multiplicar a enésima potência em virtude da financeirização da riqueza que alimenta o cassino e ciranda financeira Global. Contudo, como constitutivo e inerente a esta forma específica de capital, a magnitude de seu “valor” é incerta (é fictício não existe, é um risco, depende de apostas bem sucedidas, é pautado em expectativas de transações futuras), pode multiplicar-se ou simplesmente esvanecer, isto é, se no raiar do dia, uma ação ou título valer cinco unidades monetárias, podem ao crepúsculo valer oitenta unidades monetárias, e na nova aurora valer apenas dez ou perder totalmente o seu valor em termos de unidades monetárias. Netto e Braz reiteram este argumento:

A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é, as operações situadas na esfera da circulação) **tornam-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores - tornaram-se predominantemente especulativas**. Os rentistas e possuidores de capital fictício (ações, cotas, fundos de investimentos, títulos de dívida públicas) **extraem ganhos sob valores frequentemente imaginários - e só descobrem isso quando, nas crises do “mercado financeiro”, papéis que a noite, “valiam x, na bela manhã seguinte valem -x ou literalmente não valer nada** (NETTO e BRAZ, 2006, p. 232. Grifos e negritos nossos).

Desse modo, a potencialidade da autonomia da *forma de capital fictício* é cada vez mais acentuada no nível da vida cotidiana, no plano da realidade imediata. Contudo, esta pretensa autonomia é sempre relativa, pois o *capital fictício* dependerá **sempre** da extração do mais valor!

Resumindo então: embora seja sabido que o *capital fictício* seja uma forma *ilusória*, a mesma é a transfiguração da ***forma capital portador de juros***, forma esta fluída e volátil – com exponencial potencialidade de *metamorfosear-se e de amalgamar-se*. Por esta razão, entendemos que o *capital fictício* (do ponto de vista individual – tem existência efetiva e concreta) para o possuidor de um título e/ou uma ação, pois este Possuidor exigirá uma “remuneração” por este ou aquele papel, isto é, lucros. Assim, no nosso entendimento, *os lucros não são fictícios, são efetivamente reais*.

Sintetizando, esta relação é tão fetichizada e reificada, em especial reforçada pelo fetichismo jurídico, que ao nosso juízo, configura-se como um processo de **HIPER-REIFICAÇÃO** que se traduz na esfera da realidade aparente como um fenômeno de pseudoconcreticidade¹³, em suma uma efetiva **REIFICAÇÃO FINANCEIRIZADA!**

13 Karel Kosik nos esclarece: “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas em certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrario. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de manifestar-se no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte e nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela o a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno” (Kosik, 1995, p.15). Já o pesquisador Cassalino desdobra as ideias de Kosik indicando o seguinte: “O que confere aos fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a *independência* com que se manifestam. Destruir o falso concreto significa demonstrar o caráter “ilusório” – uma ilusão real, diga-se

Por outro lado, devemos frisar ainda o argumento de estudiosos sobre o *capital fictício*, Carcanholo e Nakatani. Para eles a *forma fictícia* acentua a lógica parasitária e especulativa:

A remuneração do capital fictício está constituída pelos juros auferidos e pelos chamados ganhos de capital obtidos nos mercados especulativos. O capital fictício obtém tais remunerações através da transferência de excedente-valor produzido por outros capitais ou por não capitais. **Isso significa que o capital fictício é um capital não produtivo, da mesma maneira que o capital a juros.** No entanto, enquanto este cumpre uma função útil e indispensável à circulação do capital industrial e nessa medida, embora improdutivo, não pode ser considerado parasitário, **o capital fictício (quando não é capital a juros) é total e absolutamente parasitário.** Não cumpre função necessária dentro da lógica do capital industrial, sendo sua remuneração puro ônus para este (Carcanholo & Nakatani, 1999, p. 299. grifos e negritos nossos).

Neste sentido: “Toda conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e **a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida**” (Marx, 1985, p.11. Grifos e negritos nossos). Enfim, percebe-se que o *capital portador de juros* e sua forma bisonha, o *capital fictício*, reforçam seus respectivos protagonismos durante da década 80 do século XX. Segundo François Chesnais:

(...) “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (CHESNAIS, 2005, p.35).

Ora, se é uma obviedade que a dinâmica rentista, especulativa e parasitária está mais exacerbada do que nunca no capitalismo recente, também é verdade que este fenômeno, não é algo novo. Sabe-se que na literatura e na tradição marxista desde meados do século XIX, registram-se estudos sobre o parasitismo¹⁴ do capitalismo. Em suma, a lógica da especulação descrita em fins do século XIX, na qual o capital bancário (cuja parte substantiva configura-se como uma forma clássica de *capital fictício*) como as demais *formas de capital fictício* (ações e títulos) *atuam de modo especulativo*, de certa forma, faz parte da dinâmica capitalista. Ao nosso juízo, a novidade consiste no *fenômeno de apropriação* incomensurável de parte do mais-valor, cada vez mais, sempre *em escala crescente* por parte da chamada “Oligarquia Financeira”, ou seja, temos que entender que a realidade social é uma totalidade complexa (composta de aparência e essência, na qual vigora uma tensão e uma relação contraditória entre elas). Por isso, a aparência/imediaticidade revela apenas alguns elementos que são constitutivos do próprio real, lembrando que para Marx: “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (aparência) e a essência das coisas coincidissem

de passagem – dessa pretensa independência, pesquisando a lógica interna, a relação estrutural entre a aparência e essência” (Casalino, 2011, p.88).

14 Engels na trincheira do combate político num artigo publicado em 06 de agosto de 1881 pelo jornal *The Labour Standard* tratou da problemática sobre o parasitismo por parte de uma fração da classe burguesa, ligada a oligarquia Financeira. Ver: ENGELS, Friedrich. *Classes sociais necessárias e supérfluas*. IN. NETTO, José Paulo. Org. *ENGELS: Política*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. v. 17. São Paulo: Ática, p 189-193.

imediatamente”. É necessário para a compreensão efetiva da realidade (desvendar a essência do objeto) assim, o método de investigação, o único caminho possível para tal fato, dar-se-á pela apreensão via o cérebro/pensamento (através de sucessivos processos de abstrações) de captar as características/determinações que são inerentes (que fazem parte) do próprio objeto, em seguida, “reconstruí-las no plano das ideias” (concreto pensado), ou seja, um caminho de elevação do abstrato ao concreto, pois para Marx; “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese e não como ponto de partida (embora seja ponto de partida efetivo e portanto da intuição e da representação)”(MARX, 1982: p.14), depois de inúmeras abstrações, retorna-se a realidade dada, esta não mais se apresenta de forma imediata, “como um todo caótico” e sim como uma realidade mediada, na qual é possível estabelecer as conexões não mecanicistas e não formais, entre aparência/essência, a partir dos traços constitutivos que foram apreendidos pelo pensamento via os processos de abstrações, nas palavras de Marx: “o concreto é concreto, por que é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1982: p.14), mas sempre lembrando que a realidade é dinâmica, não é estática, assim, por mais que façam as apreensões de traços constitutivos da realidade, jamais se esgotará a riqueza e complexidade do real. Em suma, entender como os fenômenos históricos surgem, se desenvolvem, se modificam, se transformam; como se articulam com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, para esta empreitada entendemos que os métodos¹⁵ de investigação e de exposição pautados na Teoria social inaugurada por Marx, configura-se como o mais adequado na apreensão de aspectos/características que compõem a totalidade social, fornecendo assim, uma interpretação segura para a efetiva compreensão das leis imanentes e tendenciais que regem o funcionamento e atuam na dinâmica capitalista. Voltando as mudanças materializadas no ordenamento econômico-social burguês, durante as últimas três décadas do século XX, é de suma importância: o *comando real e efetivo* por parte das finanças em relação aos processos de produção de riquezas (o que muitos analistas denominam como sendo o processo de financeirização da riqueza¹⁶). Evidentemente, que esta nova configuração do modo de produção capitalista marcada pelo processo de financeirização da riqueza terá um impacto devastador na condução das políticas econômicas e em especial, nas políticas sociais. Neste sentido, o setor de serviços, em especial, o educacional, sofrerá paulatinamente em nível mundial, mudanças

15 Para uma discussão introdutória sobre o Método em Marx ver NETTO, José P. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011. Para um aprofundamento ver: MARX, Karl. *O método da Economia Política* IN: *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. P 14 -21. E ainda: Prefácio 1ª edição p. 129-132, e o Posfácio 2ª edição p. 133-141 IN: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – 2 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

16 Esta temática tem sido objeto de estudo de relevância impar no Capitalismo Recente. Destacamos os enormes esforços empreendidos especialmente por François Chesnais. Dentre diversos trabalhos, ver: CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, CHESNAIS (org). *A mundialização Financeira*, São Paulo: Xamã, 1998 e CHESNAIS (org). *A finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005. Como ainda: LAPAVITSAS, Costas. *El capitalismo financeirizado: expansion y crisis*. Madrid, Ediciones Maya, 2009. Por últimos destacamos a obra coletiva: SALVADOR, Evilásio et al. *Financeirização, Fundo Público e Política social*. São Paulo: Cortez, 2012, em especial o artigo de CISLAGHI, Juliana F. *Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público*. p 261-284.

substantivas, seja através de organismos como: o Banco Mundial e o FMI¹⁷ que irão pautar as agendas das políticas educacionais dos Estados centrais e, em especial os Periféricos. Nesta esteira, verifica-se que a lógica de universalizar os processos de mercantilização materializa-se de forma mais intensa e profunda. Como ainda, passam a estabelecer conexões com as práticas advindas da “financerização” da riqueza. Esta nova característica do modo de produção capitalista é detalhada por Netto e Braz:

Fluxos econômicos mundiais sempre marcaram o capitalismo e se o estágio imperialista os acentuou, a fase contemporânea ampliou-os ainda mais. Entretanto, agora eles se apresentam com particularidades que não decorrem apenas da sua expansão (...) Porém, a mais importante das transformações por que vem passando a economia do imperialismo, nesta sua terceira fase ainda em desenvolvimento, consiste no processo que alguns analistas designam como financeirização do capital – tomando-a como face contemporânea do capitalismo (NETTO e BRAZ, 2006, p. 229-30. Grifos e negritos nossos).

Explicitado em linhas gerais os mecanismos que imperam na órbita financeira. Cabe frisar que diversas empresas sejam elas, do ramo produtivo, como do setor de serviços tais como saúde ou educação, utilizam-se do mercado financeiro para contrair empréstimos¹⁸, e se financiarem. Assim, se faz necessário, estabelecermos as efetivas conexões entre a financeirização da riqueza e o setor educacional, para entender de forma mais efetiva como a Educação torna-se paulatinamente uma mercadoria com alta rentabilidade através de ações e debêntures que são negociadas em Bolsas de Valores não só do Brasil, revelando-se uma tendência mundial a comercialização de ações de Empresas Educacionais nos principais mercados financeiros do mundo.

3. A mercadoria educação em tempos de Financeirização da Riqueza

Karl Marx já aponta na abertura de sua *opus magnum*, *O Capital: crítica da economia política*, que o seu objeto de estudo é “a sociedade na qual a riqueza apresenta-se como uma imensa coleção de mercadorias”, e que “a mercadoria por sua vez é a célula principal desta sociedade”. Neste sentido, a forma mercadoria tende a universalizar-se e ao mesmo tempo passasse a mercantilizar todos os segmentos e espaços da sociedade: amizade, afeto, fé, esportes, saúde, educação, etc.,. Cabe ainda lembrar que, no Brasil, a Constituição de 1988 abriu caminho para que as práticas de mercantilização da Educação ganhassem mais musculatura, de acordo com a pesquisadora Sampaio:

Ao disciplinar o princípio de autonomia para as universidades, a Constituição de 1988 criou um instrumento importante para o setor privado: a possibilidade de liberar-se do controle

17 Não sendo possível aprofundar esta problemática em nosso artigo, recomendamos o importante estudo que trata da relação entre o Banco Mundial e a Educação, ver: TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio. *O Banco mundial e as políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007. Também o artigo LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Revista Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, out. 1999.

18 É importante esclarecermos que uma Empresa pode emitir inúmeros papéis em bolsa de valores, tais como: ações sejam elas preferenciais (ao portador ou normativas) ou ordinárias (ao portador ou nominativa), debêntures entre outros. Ver mais detalhadamente: ZANCOPÉ, Gilberto. *O que é bolsa de valores*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

burocrático do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), especialmente no que diz respeito à criação e extinção de cursos na sede e ao remanejamento do número de vagas oferecidas. Essa prerrogativa permitiu à iniciativa privada responder de forma ainda mais rápida ao atendimento da demanda. (SAMPAIO, 2011: p.30)

Por esta razão, corroboramos com o argumento de Roberto Biachetti: “A ação do estado se reduz a garantir uma educação básica geral, liberando os outros níveis do sistema às leis do mercado” (BIANCHETTI, 2003: 112).

Retomando, a pesquisa feita por Sampaio (2011), percebe-se que o Estado¹⁹ Brasileiro está ao serviço e atende de forma majoritariamente aos anseios da Classe burguesa e via parlamento realizam mudanças legislativas, através de leis e decretos que, em termos jurídicos, legitimam e cristalizam de forma definitiva o processo de mercantilização da Educação, neste caso, do ensino superior:

(...) a iniciativa de maior impacto para os rumos do ensino superior privado no País foi a resposta, nesses anos de “viração”, ao art. 1º do decreto 2306 (19/8/1997). Esse artigo dispõe que as entidades mantenedoras poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil e comercial, e quando constituídas como fundações serão regidas pelo Código Civil Brasileiro (art. 24). Ou seja, o artigo permitia às entidades mantenedoras das instituições de ensino superior alterar seus estatutos, escolhendo assumir natureza civil ou comercial. Com base nesse dispositivo, passaram a ser classificadas como: entidade mantenedora de instituição sem finalidade lucrativa e entidade mantenedora de instituição particular, em sentido estrito, com finalidade lucrativa. As últimas, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil no que diz respeito aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas; em outras palavras, passam a responder como entidades comerciais (SAMPAIO, 2011, p.31).

Detalhando que: “Hoje, passados 14 anos desde a edição do decreto 2306, **quase a metade (48%) de um total de 2.016 instituições privadas de ensino superior no Brasil têm finalidade lucrativa**” (SAMPAIO, 2011, p.32. Grifos e negritos nossos).

Verifica-se que a Educação sofreu, nos últimos tempos, um enorme processo de mercantilização, transformando-se numa mercadoria altamente lucrativa e também interessantíssima para os fins da lógica financeira, ou seja, a partir do atual padrão de acumulação capitalista, regidos por processos de financeirização da riqueza, estabelecem-se conexões reais com o setor educacional, implicando, assim, mais ainda para que a Educação se transforme numa mercadoria rentável, lastreada em ações e debêntures negociáveis nos mercados financeiros. Historicamente comprova-se que o setor de serviços, em especial, o setor educacional há mais de vinte anos²⁰ alimenta a lógica especulativa do *capital fictício* em nível mundial.

Com base no texto: *O negócio da educação superior da educação-mercadoria ao capital financeiro*, realizado por Oyama (2012), constata-se que, em terras tupiniquins, este fenômeno é mais

19 A relação entre o papel do Estado e da Educação numa sociedade pautada pelo modo de produção capitalista pode ser encontrada de forma introdutória em: CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1986.

20 Como sinalizado por OYAMA (2012) e COSTA, FERNANDES NETO e SOUZA (2009), Sabe-se que a primeira instituição de ensino a abrir o seu capital na bolsa de valores foi a *De Vry University*, em 1991 nos E.U.A.

recente: coube ao grupo Anhanguera Educacional desbravar esta fronteira, lançando na Bovespa, em 2007, sob a forma de ações²¹, 28% de seu capital. Logo em seguida, a segunda empresa do ramo educacional a lançar ações na BM & F Bovespa foi o Grupo Kroton em 2007, ainda no mesmo ano, temos o grupo Estácio de Sá que abriu o seu capital em fins de julho bem como, o grupo Seb (detentora da Empresa COC) que em meados de outubro realizou tal procedimento. Estes exemplos demonstram como empresas do ramo de serviços, no caso serviços educacionais não escapam a lógica do circuito da financeirização! Pelo contrário, demonstram como a educação transformou-se **em mercadoria altamente rentável e lucrativa!**

Desta forma, emissões de ações destas empresas configuram-se como a criação de *capital fictício*. Noutras palavras, estas ações serão negociadas de forma incessante na busca do maior lucro possível, sem nenhum lastro material, no qual o céu é o limite, a especulação será a mola propulsora para tal fim.

A Educação há muito tempo transformou-se numa mercadoria “atraente” para os empresários. No Brasil, não é diferente, é possível verificar em todas as instâncias do ensino, do pré-escolar a Pós-graduação e mesmo a modalidade de ensino a distância (E.A.D) a presença significativa do setor privado. Diversos pesquisadores veem estudando tal fenômeno, destacamos especialmente as contribuições de Rodrigues (2007) em seu trabalho, *Os empresários e a Educação Superior*, na qual destaca o papel da mercadoria-educação, o crescimento exponencial da iniciativa privada na educação superior brasileira e sua chegada aos “templos de consumo”, os *Shopping Centers*²², como ainda, poderíamos recorrer às inúmeras reportagens de revistas especializadas ou mesmo jornais para comprovar este fato.

Em suma, o modo de produção capitalista em sua fase neoliberal de cariz financeirizado procura cada vez mais segmentos da economia que constituam grandes filões para o lucro. Costa, Fernandes Neto e Souza sinalizam este fato:

Toda preocupação com a educação está assentada no fato de ser um setor de possibilidades ilimitadas em relação ao lucro. O banco Merrill Lynch calculou o mercado mundial do conhecimento pela internet em 9,4 bilhões de dólares no ano de 2000 e estimulou que esse valor poderá alcançar, em três anos, a cifra de 55 bilhões de dólares. Em janeiro de 2001, a revista *O correio UNESCO* dedicou todo este número a artigos que afirmam que a educação no mundo representa um mercado que movimentará dois trilhões de dólares. No mês de abril de 2002, a revista *exame* reporta, em edição especial, que a educação no Brasil movimentará 90 bilhões de reais e nas próximas duas décadas será o mercado mais promissor e dinâmico do mundo na perspectiva do lucro (COSTA, FERNANDES NETO E SOUZA, 2009, p. 31)

21 Com base no argumento de OYAMA (2012) verifica-se que: O grupo UniverCidade em 2004 lançou debêntures, já em 2006, o grupo Ulbra e a Universidade Cidade de São Paulo também fizeram uso do lançamento destas. Contudo, a emissão de debêntures não significou a abertura de capital por parte das Instituições citadas, pois de acordo com Sandroni: “Debênture é título mobiliário que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda são variáveis. O portador de uma debenture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários dela. As debêntures tem como garantia todo o patrimônio das empresas.” (SANDRONI, 1999, p. 156).

22 Consulta o trabalho coletivo sobre a temática da mercantilização do ensino superior no Brasil. RODRIGUES, José. *Org. A universidade Brasileira rumo à Nova América: Pós-modernismo, shopping centers e Educação Superior*. Niterói, Editora da UFF, 2012.

Nesta direção, a pesquisadora Helena Sampaio em seu artigo, *o setor privado de ensino no Brasil: continuidades e transformações*, publicado em outubro de 2011 na Revista de Educação da Unicamp, afirma que: “**as instituições privadas representam hoje 90% do total de estabelecimentos de ensino superior no País**” (SAMPAIO, 2011, p. 36.grifos e negritos nossos).

Esta informação corrobora que o ensino superior no Brasil é de fato, o grande nicho para a iniciativa privada. Percebe-se assim que ramo Educacional impera a mesma dinâmica que se verifica no setor industrial, isto é, a tendência aos processos concentração e centralização de capitais²³. Desta forma, entendemos que a recente fusão entre o grupo Anhanguera Educacional com o grupo Krotron, é mais que ilustrativo. Segundo, a reportagem feita pela revista *Isto é* criou-se o maior grupo Educacional do Mundo:

VALOR DE MERCADO EM US\$ BILHÕES	
KROTON BRASIL	6,3
NEW ORIENTAL (CHINA)	3,0
ESTÁCIO (BRASIL)	2,2
Apollo Group (EUA)	2,1
DeVry (EUA)	1,8

Fonte: Isto é Dinheiro²⁴

Detalhando que:

FUSÃO: KROTON-ANHANGUERA	
Valor de Mercado	R\$ 13 BILHÕES*
Receita Bruta	R\$ 4, 2 Bilhões
Lucro Líquido	R\$ 422 milhões
Número de Alunos	1 milhão

Fonte: Isto é²⁵, * inclui dívidas, Adaptação nossa.

Com isso, a reportagem ainda revela a criação de um arcabouço suntuoso, os dados são surpreendentes: “Estrutura: 123 campi, 687 polos de ensino superior e 940 polos de ensino a

23 Inicialmente, Os processos de concentração e centralização do capital foram estudados de forma mais abstratas por Marx no livro I d’O *Capital*. Ver MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Em especial cap. XXIII: *A lei geral da acumulação capitalista*. p.245- 270. Ademais, para uma análise pautada numa totalidade mais concreta e menos abstrata deve-se recorrer ao livro III d’O *capital*. Ver MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984. e Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Para uma interpretação analítica densa ver. ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed Uerj, 2001.

24 Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/117790_FUSAO+KROTON+E+ANHANGUERA+LICAO+DE+NEGOCIOS

25 Disponível em : http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/117790_FUSAO+KROTON+E+ANHANGUERA+LICAO+DE+NEGOCIOS

distância, 810 colégios que utilizam seu sistema de educação básica”. Na mesma esteira tentando fazer frente a Kroton, o Grupo Estácio de Sá adquiriu o grupo UNISEB, ampliando assim sua participação no mercado do ensino superior no Brasil. Segundo a reportagem da revista Veja²⁶:

“O valor total da aquisição será pago em parte com recursos financeiros e em parte com ações de emissão da Estácio. (...) a Estácio adquirirá 50% do capital social da TCA, controladora da Uniseb, mediante pagamento em dinheiro, e o restante será pago com a emissão de 17.853.127 ações ordinárias da Estácio, a serem subscritas pelos atuais detentores do capital social da TCA. Fundada em 1999, a Uniseb tem 37 800 alunos e três campi — em Ribeirão Preto, Araçatuba e São José do Rio Preto. Na última avaliação do Ministério da Educação, a instituição recebeu nota quatro no IGC (Índice Geral de Cursos), numa escala de um a cinco (...) A Estácio Participações possui universidades e faculdades distribuídos em 21 estados” brasileiros. A empresa oferece cursos de graduação, graduação tecnológica e pós-graduação presencial e à distância” (VEJA, 13/09/2013).

Os exemplos demonstram como a educação superior no Brasil está mercantilizada e financeirizada. Os conglomerados formados pela Kroton-Anhanguera e o da Estácio de Sá- Uniseb com suas ações negociadas em bolsas de valores retrata de maneira cabal, a dinâmica capitalista vigente no mundo contemporâneo, no qual a lógica do *capital fictício* impera sobre os processos produtivos, nos setores de serviço, lazer, enfim, em toda extensão da vida cotidiana. Se as relações sociais de produção são cada vez mais veladas, *reificadas*²⁷, ao ponto que:

‘Um par de calçados custa cinco mil francos’. É a expressão de uma relação social e implicitamente humana entre o criador de gado, o curtidor do couro, seus operários, seus empregados, o revendedor, o negociante, de sapatos e, finalmente, o último consumidor. **Mas nada disso é visível;** a maioria desses personagens **não se conhece e até se ignoram sua existência mutuamente.** Ficariam todos espantados de saber da **existência de um laço que os une.** Tudo isso se exprime por um só fato: **‘um par de calçados custa cinco mil francos’** (GOLDMANN, 1979, p. 122. Grifos e negritos nossos).

Enfim, num mundo recente pautado cada vez mais pela reificação e também pela financeirização da riqueza e em especial da vida em todas suas dimensões e sentidos, ou seja, no nosso entendimento, por um processo de *reificação financeirizada*. Observa-se que esta lógica enquadra também a Educação. Podemos assim afirmar que o Ensino Superior Privado no Brasil acaba por produzir um (pseudo)conhecimento²⁸ “pasteurizado e homogeneizado”, ou seja, “*ensino fast food*”, compatível, ou melhor, adequado aos Estabelecimentos de Ensino Privados presentes

26 <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/proprietaria-da-universidade-estacio-de-sa-compra-uniseb-por-r-615-milhoes>

27 Desenvolvendo as hipóteses marxianas, quem melhor elaborou a análise da reificação foi o filósofo húngaro Lukács ver: LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. Porto: Escorpião, 1974. Contudo, há uma importante síntese sobre a reificação em GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

28 Entendemos que produção de um Conhecimento novo e de uma nova Teoria, não se configuram como algo simples, pelo contrário, configuram-se como uma soma de esforços coletivos de várias e várias gerações no sentido de apreensão de algum elemento novo que se faça presente na realidade. Neste sentido, entendemos que a quase totalidade dos trabalhos de cunho acadêmicos vertidos em monografias, dissertações e teses não passam de esforços de sínteses na qual muitas das vezes acaba sendo uma revisão bibliográfica. Sugerimos a leitura de ANDERY, Maria et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 6. ed. São Paulo: Educ, 1996, e ainda : CARVALHO, Edmilson. *A produção dialética do conhecimento*. São Paulo: Xamã, 2008.

sobretudo em Shopping Centers mas não só. Por isso, ao nosso juízo, romper com todos os processos de mercantilização, reificação e financeirização da Educação e conseqüentemente das demais esferas da vida cotidiana é muito mais que uma necessidade, é a única possibilidade para a Humanidade. Em suma, a assertiva de Mészáros é mais atual do que nunca:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social (MÉSZÁROS, 2009, p. 59).

4. Conclusão

Nosso intuito neste artigo foi demonstrar como a Educação no Brasil, foi ao longo do tempo deixando de ser um “direito” para transforma-se paulatinamente numa mercadoria lucrativa. Se inicialmente coube ao Estado ofertá-la para alguns segmentos da sociedade, em especial, as elites. Aos poucos a educação foi sendo amalgamada pela *forma mercadoria*. Sinalizamos ainda como a reflexão e interpretação do Brasil feita por, Caio Prado Júnior, em especial no sentido da colonização, continua plenamente válida e adequada para entendermos, o contexto vivido pela Educação (em especial o ensino superior) em nosso país, ou seja, a lógica do lucro, da rentabilidade a qualquer preço. Tentamos ainda, demonstrar como a nova configuração do modo de produção capitalista, pavimentada durante a década de 1970, em especial pela introdução do ideário neoliberal, da reestruturação produtiva, da revolução microeletrônica e fundamentalmente da hipertrofia da esfera financeira que dinamizaram ainda mais, a universalização da forma mercadoria. Pois, agora sob a égide do *capital portador de juros* e do *capital fictício*, as riquezas socialmente produzidas, são drenadas e apropriadas de forma substantiva, sob a forma de lucros, juros e dividendos pela fração burguesa, ligada a Oligarquia das Finanças, ou seja, via os processos de *financeirização*, temos a mistificação e velamento mais denso, das relações sociais de produção e das riquezas na Sociedade Burguesa do século XXI. Se formas pré-históricas de capital – como o capital usurário sucumbiu, dando lugar ao Capital portador de juros e sua mutação mais perversa e devastadora: o *capital fictício*. Do lado da classe trabalhadora: as formas antediluvianas de processo de trabalho são refuncionalizadas e intensificadas. Estas que se apresentam ao longo da História como intersticiais, são atualmente não só funcionais e sim, necessárias à lógica de acumulação capitalista vigente. Por esta razão, tudo indica que a imensa maioria, para não dizermos a totalidade, dos trabalhadores (Docentes) do setor privado da Educação vivenciam processos de “*proletarização*” nos dizeres de Costa, Fernandes Neto e Souza (2009) e ainda, precarização das relações de trabalho, bem como, da descaracterização e deturpação do significado efetivo do chamado “processo de ensino e aprendizagem” numa Instituição chamada Universidade²⁹. Sabe-se que no setor privado,

²⁹ Entendemos a secular Instituição Universidade como um espaço aberto, plural, democrático e livre pautado pelo debate de ideias. Sabe-se que esta instituição é muito antiga, ou seja, anterior ao surgimento do modo de produção

com raras exceções, tudo indica que não há o tripé, ensino, pesquisa e extensão, ou seja, o núcleo duro dos processos educativos, que vigoram nas Instituições Públicas de Ensino Superior. No sentido de ilustramos esta ideia, tomemos como exemplo hipotético o seguinte: um Professor que seja contratado pelo Grupo Kroton para um regime de trabalho de 40 horas semanais, e supondo que cada aula seja de uma hora. Tudo indica que este docente irá ministrar 40 aulas por semana, ou seja, não terá tempo para desenvolver projetos de pesquisas e extensão, noutras palavras, o tripé verificado no Ensino Público superior, não existe, pois neste caso, a atividade exclusiva do docente, resume-se simplesmente ao fato de ministrar aulas, ademais esta situação agrava-se ainda mais, pois, como muitos estudos e reportagens demonstram, “estes Estabelecimentos de ensino privados” possuem material didático próprio, o que obriga ao Professor a seguir a linha teórica, política e ideológica da Empresa, ou melhor, vestir a camisa da Empresa! Resumindo, no setor do Ensino Privado Superior Brasileiro, além se emascularem a pesquisa e a extensão, se produz um (pseudo) conhecimento pasteurizado, *fast-food*, devido ao engessamento da relação professor/aluno, ocasionada pelos materiais didático/pedagógicos que não possibilitam a plena apreensão de conteúdos e conhecimentos necessários ao Educando, e sim visam atenderem grosso modo “as demandas de mercado”, noutros termos, os professores fingem que ensinam e os alunos fingem que aprendem, afinal docente/discente acabam sendo reféns de “**manuais previamente confeccionados**”³⁰ (muitas vezes de forma simplista, grotesca e mistificada) que cimenta a construção de (pseudo) saberes.

Evidentemente, um estabelecimento de ensino superior privado, no nosso exemplo, o grupo Kroton está e sempre será pautado pela lógica do lucro e rentabilidade. Assim, hoje, mais do que nunca agora, em virtude de seu entrelaçamento nas malhas da Financeirização, verificadas na comercialização, e de todo tipo possível de especulação de suas ações transacionadas nas Bolsas de Valores como *capital fictício*. Neste caso, se suas ações sofrerem revés no mercado financeiro, a primeira medida será um verdadeiro choque de gestão, na qual, a medida nº01: Demissão; medida nº02: achatamento salarial; medida nº03 enquadramento político e ideológico, e assim por diante, aqueles que não se encaixarem na filosofia da empresa serão demitidos. Estas premissas que permeiam o arcabouço da dinâmica de acumulação no modo de produção capitalista comparecem *mutatis mutandis* no Ensino Superior Privado!

Nada mais adequado, do que a alegoria do Professor Armando Boito para caracterizar de forma visceral, a parcela burguesa ligada ao setor de serviços, no nosso caso ao setor educacional, *verdadeiros carneiros*: “Para usarmos uma metáfora, poderíamos dizer que o imperialismo e o grande capital são os predadores, satisfazem suas necessidades graças à sua própria força, **enquanto**

capitalista. Uma instituição que pode ser muito importante para o desenvolvimento da Humanidade, seja para a produção de saberes no campo científico, estético, literário, entre outros. Contudo, muitas vezes isso não acontece. Recomendamos para um aprofundamento da temática a leitura do livro: BOTO, Carlota. *A escola do Homem Novo: Entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

30 Para um aprofundamento ver: RODRIGUES, José (2007), e também: RODRIGUES, José. Org. (2012), em especial o capítulo escrito por: OYAMA, Edison. p. 79-116.

a burguesia de serviços é o carnicheiro, animal que vive das sobras da guerra que o neoliberalismo trava contra os trabalhadores” (BOITO JR, 1999: p.72. negritos e grifos nossos).

Por isso, entendemos que colocar-se contra a mercantilização e financeirização do setor educacional, sobretudo do ensino superior, no sentido de uma prática educativa que vá “*para além da lógica do mercado*” segundo Michael Apple (2005), é uma condição *sine qua non*, não apenas para despojar o espírito mercantilista, cristalizado na Educação, mas para torná-la efetivamente libertadora e emancipatória! Nas palavras de Mészáros:

(...) a importância seminal da educação - explicitada na forma da reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos particulares e sua sociedade - na relação com a mudança fundamental necessária para transformar as práticas econômicas ora dominantes em um tipo qualitativamente diferente. A diferença concerne diretamente ao domínio da reprodução material vital cuja saúde é essencial para a viabilidade até mesmo das práticas culturais mais mediadas. **Pois o imperativo do tempo do capital predominante no processo de reprodução material afeta diretamente não apenas as relações estruturais de exploração da sociedade de classes como um todo, mas impõe ao mesmo tempo seus efeitos negativos e humanamente empobrecedores sobre cada aspecto da atividade material e intelectual no tempo de vida dos indivíduos particulares.** Por conseguinte, a necessidade de *emancipação humana*, em que a educação socialista desempenha um papel crucial, representa a esse respeito **um desafio fundamental** (MÉSZÁROS, 2009, p.97. grifos e negritos nossos).

Nesta direção, ainda insistimos, com base em Mészáros (2009, p. 75) que o verdadeiro processo de educação não pode ser realizado efetivamente caso não se rompa com o modo de produção capitalista, isto é, para que se efetive materialmente o processo de autoeducação da Humanidade, se faz necessário a autogestão da produção de riquezas:

a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser postas à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como descrito neste texto. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas tem êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a *nós todos* - todos, porque sabemos muito bem que “os educadores também tem de ser educados” - mantê-las de pé, e não deixá-las cair. As apostas são elevadas demais para que se admita a hipótese de fracasso. (MÉSZÁROS, 2009, p. 76-77).

Diante de tudo que foi exposto, como Marx nos ensinou em seu texto de 1844, intitulado: *Introdução para a Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. “**Não basta que o pensamento tenda a realidade, é necessário que a realidade tenda ao pensamento**”.

Explicitar através da crítica, a efetiva situação vivida em nosso país, ou seja, a análise da forma selvagem e *sui generis* de engendramento e desenvolvimento do modo de produção capitalista em países periféricos de cunho dependente e industrialização tardia, que mais do que nunca, agrava-se no presente por uma atual etapa cristalizada por práticas de cariz neoliberal e hiperfinanceirizadas, vai além de ser proselitismo ou um exercício de simples retórica acadêmica.

No nosso entendimento, como já afirmamos: a categoria de *Capital Fictício* eleva ainda mais o patamar de fetichismo, mistificação e reificação do capital que plasma a sociedade burguesa.

Mostrando-se a **forma mais acabada, irracional e ilusória do capital**, ou seja, amplifica a **ilusão D - D'** (Dinheiro que gera dinheiro). Neste sentido, o estudo e a efetiva compreensão desta *forma específica de capital*, que como detalhamos se manifesta em especial **nos Títulos das Dívidas Públicas dos Estados, Capital Bancário e Capital Acionário (ações e títulos)**, e o estabelecimento das reais conexões com a esfera da produção de riqueza via a apropriação e drenagem de parte substantiva do mais-valor, ao nosso juízo, fornecem as primeiras pistas para a efetiva compreensão da ordem do capital nos tempos atuais como ainda, contraditoriamente revela, expondo as entranhas dos *processos de barbarização social* e de intensa exploração e superexploração da força de trabalho, como também a brutal precarização laboral vivida por bilhões de Homens e Mulheres que fazem parte da classe trabalhadora.

Ora, a partir do diagnóstico da quase completa corrosão da sociabilidade Humana furto desta ordem econômico-social pautada na universalização mercantil, que via processos de alienação, mistificação, e reificação da vida, agravam-se ainda mais em virtude da financeirização de tudo, até da vida, ou seja, uma hiper-reificação, mais que um neologismo, uma processo de **reificação financeirizada!** Demonstram que a defesa do espaço da *res* (coisa) pública é muito pouco, a luta concreta deve ser pelo controle do Estado.

Sem nenhuma ingenuidade, sabemos o Estado Burguês nos dizeres de Marx & Engels contidos no manifesto do partido comunista, configura-se: “como o comitê executivo da Burguesia” bem como, Lênin nos ensinou que “fora do poder tudo é ilusão” ou ainda, como sempre dizia o líder Bolchevique: “quem erra na análise, sempre erra na ação”! Ora, por isso entendemos que um estudo rigoroso/sistemático do tempo presente compreendendo efetivamente as engrenagens, a lógica e dinâmica atual do capitalismo e sua respectiva tradução com todas as mediações cabíveis e necessárias para a esfera/terreno da política poderão fortalecer musculatura densa para um projeto de “transformação social que rompa com a ordem do capital”, tendo como protagonista central, a heterogênea, mas combativa classe trabalhadora do século XXI, e doravante via um campo de alianças classista e programático se possível ampliando o arco na arena política com frações e setores da sociedade que nutrem um sentimento anticapitalista, mas que também, tenham como horizonte político, um **projeto de Sociedade** que não seja reacionário, xenófobo, racista, nazifascista, discriminador e opressor. Neste sentido, entendemos singelamente que as pistas por nós assinaladas sinalizam na possibilidade real de “descortinar” uma alternativa concreta, isto é, um caminho possível para todos aqueles que lutam de forma consciente pela transformação da sociedade, ou seja, superação da ordem burguesa via um projeto político pautado numa nova sociabilidade, que vise construir a plena e efetiva **Emancipação** do gênero humano, que ao nosso juízo, só será concretamente exequível no Comunismo!

5. Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. “*Balanço do Neoliberalismo*”. IN: SADER, Emir. & GENTILI, Pablo. Org. *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- ANDERY, Maria *et al.* *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 6. ed. São Paulo: Educ, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Cortez, 1995.
- APPLE, Michael. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e pondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BIANCHETTI, Roberto. *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOTO, Carlota. *A escola do Homem Novo: Entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- BRANDÃO, Carlos. *O que é Educação?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. *O capital especulativo parasitário: Uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.20, 1999.
- CARVALHO, Edmilson. *A produção dialética do conhecimento*. São Paulo: Xamã, 2008.
- CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- CASALINO, Vinicius. *O direito e a Mercadoria*. São Paulo: Dobra, 2011.
- CHESNAIS, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. IN: Revista Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. n. 5, p. 01-30, dez/1995.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- CHESNAIS, François. Org. *A finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005.
- COLLETTI, Lúcio. Org. *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.
- COSTA, Aurea. FERNANDES NETO, Edgard. SOUZA, Gilberto. *A proletarização do Professor: neoliberalismo na educação*. São Paulo: Sundermann, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GILES, Thomas. *História da Educação*: São Paulo: EPU, 1997.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo: Hucitec, 1998.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2003.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.
- LAPAVITSAS, Costas. *El capitalismo financeirizado: expansion y crisis*. Madrid, Ediciones Maya, 2009.
- LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Revista Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, out. 1999.
- LENIN, Vladimir. *Imperialismo fase superior do Capitalismo*. Lisboa, Avante!, 1975.
- LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. Porto/Portugal: Escorpião, 1974.
- MANACORDA, Mario. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990
- MARQUES, Rosa Maria & NAKATANI, Paulo. *O que é o capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARX, Karl. *O rendimento Vulgar e suas fontes*. IN: Os Economistas: Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – 2 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro terceiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAIS NETO, Benedito. *Século XX e trabalho industrial: Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, José Paulo. Org. *ENGELS: Política*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. v. 17. São Paulo: Ática, 1981.
- NETTO, José Paulo. *O que é o marxismo?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo; Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OYAMA, Edison, R. *O negócio da Educação Superior: da educação mercadoria ao capital financeiro* IN: RODRIGUES, José. Org. *A Universidade Brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping center e Educação Superior*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

PINTO, Virgílio N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RODRIGUES, José. Org. *A universidade Brasileira rumo à Nova América: Pós-modernismo, shopping centers e Educação Superior*. Niterói, Editora da UFF, 2012.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed Uerj, 2001

SABADINI, Maurício. *Trabalho e especulação: uma relação (im) perfeita*. IN: Revista Temporalis, Ano 11, n. 22, Brasília/D.F, jul/dez, 2011.

SALVADOR, Evilásio et al. *Financeirização, Fundo Público e Política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil - o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000

SAMPAIO, Helena. *O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações*. Revista Ensino Superior. n. 04. Campinas: Unicamp, outubro de 2011.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 2.ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O tratado de Methuen*. Rio de Janeiro: Editora Técnica Nacional, 1957.

TAVARES, Marcos. *Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao Capital*. Vitória da Conquista/BA: UESB, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio. *O Banco mundial e as políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

ZANCOPÉ, Gilberto. *O que é bolsa de valores*. São Paulo: Brasiliense, 1988.